



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F, Edifício FNDE. - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-929  
Telefone: 0800-616161 e Fax: @fax\_unidade@ - <https://www.fnde.gov.br>

## ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - ACT Nº 9/2024

Processo nº 23034.007229/2013-14

**Unidade Gestora:** DIFIN

### **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 57/2024 QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO E O BANCO DO BRASIL S.A., PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS À EMISSÃO E ADMINISTRAÇÃO DO CARTÃO BB PESQUISA.**

O **FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE**, Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação — MEC, criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.378.257/0001-81, com sede e foro em Brasília/DF, no Setor Bancário Sul-SBS, Quadra 2, Bloco F, Edifício FNDE, CEP 70.070-929, doravante denominada **FNDE**, neste ato representada por sua Presidente, Senhora Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, portadora da Carteira de Identidade nº 496.556, expedida pela SSP/CE, e do CPF nº 766.618.903-63, nomeada em 1º de janeiro de 2023, pela Portaria da Casa Civil nº 187, publicada no D.O.U. de 02 de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 17 do Anexo I do Decreto nº 11.196, de 13 de setembro de 2022, publicado no D.O.U. de 14 de setembro de 2022, e, de outro lado, o **BANCO DO BRASIL S.A.**, inscrito no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91, por intermédio de sua Agência Governo Federal, situada no Setor Comercial Norte - SCN, Quadra 02, Bloco A, Edifício Corporate Financial Center, Sala 601, CEP 70.712-900, doravante denominado **BANCO**, neste ato representado pelo seu Gerente Geral de Unidade de Negócios, Senhor José Heriberto Pinheiro Júnior, portador da Carteira de Identidade nº 2089684, expedida pela SSP/DF, e do CPF nº 995.481.511-20, no uso da atribuição que lhe confere o Estatuto do Banco do Brasil S.A, e em observância às disposições do artigo 184 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao disposto no Decreto 11.531, de 16 de maio de 2023, o qual dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão e em consonância com a Portaria SEGES/MGI n. 1.606, de 14 de março de 2024, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objeto a emissão e administração de cartão eletrônico de pagamento, na função crédito, denominado CARTÃO BB PESQUISA, para utilização pelos pesquisadores vinculados ao **FNDE**, como meio de pagamento das despesas destinadas ao custeio das atividades do grupo participante do Programa de Educação Tutorial (PET).

**Subcláusula única.** Integram o presente ACORDO as normas, critérios, limites e demais condições expedidas pelo Poder Público, relativas ao uso de cartões no País e no exterior ou em locais legalmente definidos como tal, que as partes se obrigam a observar.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes buscarão seguir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante do presente Acordo de Cooperação, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS FUNÇÕES DO REPRESENTANTE AUTORIZADO DO CENTRO DE CUSTO

O Representante Autorizado do Centro de Custo definirá as condições de operação dos cartões e seus acessos, podendo:

- 3.1. Incluir ou excluir os portadores vinculados ao **FNDE**;
- 3.2. Retirar os cartões junto ao **BANCO**, se for o caso, mediante assinatura em termo específico, contendo os números dos cartões e nome dos referidos portadores;
- 3.3. Entregar os cartões retirados junto ao **BANCO** exclusivamente aos respectivos portadores, colhendo assinatura em termo de recebimento e responsabilidade pela utilização do cartão.
- 3.4. Assinar todo e qualquer documento dirigido ao **FNDE** ou ao CENTRO DE CUSTO;
- 3.5. Receber os relatórios de controle e Demonstrativos do **FNDE**, para conferência e arquivamento eletrônico;
- 3.6. Responsabilizar-se pela guarda dos cartões após sua retirada junto ao **BANCO**, até a entrega dos mesmos aos portadores.
- 3.7. Estabelecer contato com o **BANCO**; e
- 3.8. Para os portadores:
  - 3.8.1. Definir os tipos de gastos permitidos a cada PORTADOR em tabela específica;
  - 3.8.2. Atribuir limites apropriados às transações e/ou despesas de cada PORTADOR, cujo somatório, quando da utilização, não poderá exceder ao limite total do **FNDE**;
  - 3.8.3. Flexibilizar os limites para cada PORTADOR, por valor das transações em cada tipo de gastos onde o CARTÃO poderá ser utilizado.

**Subcláusula única.** A não definição do tipo de gasto permitido ao portador, nos termos do item 3.8.1 desta Cláusula, implica impossibilidade de utilização do cartão.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DA ESPECIFICAÇÃO DO CARTÃO

O **CARTÃO BB PESQUISA** será confeccionado sob a inteira responsabilidade e encargo do **BANCO**, obedecido aos critérios e padrões técnicos e de segurança internacionais.

**Subcláusula primeira.** O **FNDE** solicitará ao **BANCO** a emissão dos cartões para entrega aos PORTADORES por ele indicados via troca de arquivos ou diretamente no canal de autoatendimento do BB na Internet (AASP).

**Subcláusula segunda.** Do cartão constará, além dos dados e informações obrigatórios pelos padrões internacionais, o nome do PORTADOR e do **FNDE** na forma que vier a ser ajustada pelas partes.

**Subcláusula terceira.** O cartão será enviado ao PORTADOR, mediante Aviso de Recebimento (AR), pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), conforme endereço informado pelo FNDE.

**Subcláusula quarta.** Esgotadas as tentativas de entrega do cartão pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, caberá ao **BANCO** comunicar ao **FNDE** que tomará as devidas providências.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO AO PRESENTE ACORDO

A adesão pela UNIDADE GESTORA e pelo PORTADOR será efetivada por intermédio de:

- I - Assinatura no CADASTRO DE CENTRO DE CUSTO, pelos representantes legais do **FNDE**; e

II - Assinatura do PORTADOR no TERMO DE RECEBIMENTO E RESPONSABILIDADE PELA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO, seguido do desbloqueio do CARTÃO.

**Subcláusula primeira.** O cartão será entregue ao PORTADOR/PESQUISADOR, mediante assinatura no TERMO DE RECEBIMENTO E RESPONSABILIDADE PELA UTILIZAÇÃO DO CARTÃO, na agência de relacionamento do **FNDE** ou por meio do Representante Autorizado nas condições da Cláusula Terceira, item 3.2.

**Subcláusula segunda.** O cadastramento da senha do CARTÃO pelo PORTADOR poderá ser realizado em qualquer agência do Banco do Brasil.

**Subcláusula terceira.** O desbloqueio do CARTÃO deverá ser efetuado nos terminais de Autoatendimento BB, com utilização de senha pessoal e intransferível cadastrada pelo PORTADOR especialmente para uso do CARTÃO.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DA EMISSÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E DO USO DO CARTÃO**

Os cartões poderão ser emitidos em plásticos específicos ou outros de uso do **BANCO**, seu único proprietário, destinando-se à realização de despesas de custeio do Programa.

**Subcláusula primeira.** O cartão é de propriedade do **BANCO**, e de uso pessoal e intransferível do PORTADOR nele identificado, contendo ainda sua assinatura.

**Subcláusula segunda.** A utilização efetiva do cartão pelo respectivo portador fica sujeita, também, às normas específicas editadas pelo Poder Público.

**Subcláusula terceira.** Respeitado o LIMITE DE UTILIZAÇÃO disponibilizado pelo **FNDE**, o cartão destina-se a:

- I - Pagamento referente à despesas destinadas ao custeio do programa, à vista, inclusive via INTERNET, em estabelecimentos comerciais afiliados à rede da bandeira internacional em que for processada, no Brasil e no exterior, denominados afiliados;
- II - Transações por assinatura em arquivo junto aos estabelecimentos afiliados à rede da bandeira internacional em que for processada.

**Subcláusula quarta.** A forma de utilização do recurso disponibilizado ao PORTADOR será definida pelo **FNDE** por meio de normativos específicos do Programa, podendo restringir a utilização das funções de saque, transferência e pagamentos de boletos bancários.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS TRANSAÇÕES**

As transações com o CARTÃO BB PESQUISA são passíveis de serem efetivadas em qualquer estabelecimento afiliado, devendo o PORTADOR, para tanto, apresentar o cartão e, conferidos os dados lançados, assinar o comprovante de operação emitido em duas vias ou impostar sua senha pessoal em caso de cartão com chip.

**Subcláusula primeira.** O **BANCO** não se responsabilizará por qualquer eventual restrição imposta por afiliados ao uso do cartão, nem pelo preço, qualidade e quantidade dos bens deles adquiridos ou dos serviços por eles prestados.

**Subcláusula segunda.** A aquisição de bens, serviços e realização de saques, ocorrerão mediante:

- I - Assinatura no COMPROVANTE DE OPERAÇÃO;
- II - ASSINATURA ELETRÔNICA; ou
- III - ASSINATURA EM ARQUIVO.

**Subcláusula terceira.** Caberá ao PORTADOR verificar a correção dos dados lançados no comprovante de operação pelo(s) afiliado(s) e/ou Instituição(ões) Financeira(s), sendo certo que a impositação de senha, o fornecimento do número do CARTÃO ou a aposição da assinatura no documento significará integral responsabilidade do **FNDE** e do PORTADOR pela transação perante o **BANCO**.

8. **CLÁUSULA OITAVA - DO USO NO EXTERIOR**

O uso no exterior destina-se à realização de gastos com viagens, assim entendido, aquisição de bens e serviços, respeitando, no que couber, a legislação que rege as importações em geral, o regulamento do imposto de renda e demais aspectos fiscais.

**Subcláusula primeira.** Integram o presente ACORDO as normas, critérios, limites e demais condições editadas pelo Poder Público, relativas ao uso de cartões no exterior ou em locais legalmente definidos como tal, que as partes se obrigam a observar.

**Subcláusula segunda.** Não serão permitidas compras de bens que possam configurar investimento no exterior ou importação sujeita a registro no SISCOMEX, bem como TRANSAÇÕES subordinadas a registro no Banco Central do Brasil.

**Subcláusula terceira.** A realização de despesas no exterior, ou em locais legalmente definidos como tal, com finalidade diversa da permitida, ensejará em comunicação pelo **BANCO** ao Banco Central do Brasil.

**Subcláusula quarta.** Configurada a hipótese prevista na subcláusula anterior, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis, o **BANCO** promoverá o imediato cancelamento do CARTÃO pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

**Subcláusula quinta.** Eventuais irregularidades detectadas no uso do CARTÃO no exterior serão objeto de comunicação ao Departamento da Receita Federal, por meio do **BANCO**.

**Subcláusula sexta.** O **FNDE** declara-se ciente de que o **BANCO** é obrigado a prestar informações detalhadas ao Banco Central do Brasil, à Receita Federal, se for o caso, ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria Geral da União e ao Ministério Público, cabendo ao **FNDE** a justificativa perante o Poder Público quando notificada.

**Subcláusula sétima.** Pela utilização do **CARTÃO** no exterior, na função saque, o **FNDE** ficará sujeito ao pagamento da "Tarifa Sobre Saques no Exterior", divulgada pelo **BANCO** por meio de suas agências no Brasil, que incidirá sobre o valor das TRANSAÇÕES.

## 9. CLÁUSULA NONA – DO DEMONSTRATIVO E DO PAGAMENTO

O **BANCO** disponibilizará mensalmente ao **FNDE**, via arquivo ou por qualquer outro meio eletrônico, os demonstrativos contendo compras, eventuais encargos relativos ao período, taxas, tarifas, multas, pagamentos e lançamentos que configurem movimentação financeira decorrente da utilização do CARTÃO.

**Subcláusula primeira.** O **FNDE**, por meio deste ACORDO, autoriza o **BANCO** a debitar diariamente em sua conta corrente de relacionamento o valor das transações processadas no dia.

**Subcláusula segunda.** Sem prejuízo da exigibilidade do pagamento diário das transações, poderá ser contestada pelo **FNDE** ou pelo PORTADOR qualquer parcela do demonstrativo de conta, no prazo de até 30 (trinta) dias seguintes ao respectivo débito. O não exercício dessa faculdade implica o reconhecimento da exatidão da conta.

**Subcláusula terceira.** Poderá o **BANCO**, a seu exclusivo juízo, admitir que a contestação ocorra a qualquer tempo, desde que não ultrapasse os prazos máximos estipulados no regulamento da bandeira internacional em que for processada, não constituindo tal procedimento, no entanto, novação.

**Subcláusula quarta.** Poderá o **BANCO**, a seu exclusivo critério e sem que tal procedimento constitua assunção de nova dívida, admitir que os pagamentos diários sejam liquidados, deduzidas as parcelas contestadas.

**Subcláusula quinta.** A TRANSAÇÃO realizada no exterior será registrada no demonstrativo, na moeda estrangeira na qual foi realizada, e convertida, obrigatoriamente, para dólares dos Estados Unidos, pela taxa de conversão utilizada pela bandeira internacional, na data de seu processamento.

**Subcláusula sexta.** O valor das TRANSAÇÕES em moeda estrangeira será pago em moeda nacional, sendo a conversão feita mediante utilização da taxa de venda do dólar turismo do dia do efetivo pagamento, divulgado pelo **BANCO** para cartões de crédito.

**Subcláusula sétima.** O **FNDE** deverá pagar, diariamente, o valor total das compras processadas no dia, relativo as transações em dólares dos Estados Unidos.

**Subcláusula oitava.** Na ocorrência de saldo credor ao **BANCO**, originário de vouchers ou qualquer outro acerto em moeda estrangeira, será convertido à taxa de venda do dólar turismo utilizada no pagamento. Os valores devidos serão creditados pelo **BANCO** na conta de relacionamento do **FNDE**.

**Subcláusula nona.** O **FNDE** desde já aceita e reconhece, para todos os efeitos legais, como válidos e verdadeiros, fac-símiles, cópias microfilmadas ou fotocópias dos comprovantes de vendas, bem como os dados registrados nos computadores do **BANCO**, quando as TRANSAÇÕES forem processadas diretamente em terminais ou outros equipamentos eletrônicos credenciados pelo **BANCO**.

**Subcláusula décima.** A Central de Atendimento do **BANCO** registrará, no ato da contestação, as ocorrências que não forem esclarecidas naquele momento e informará ao reclamante o seu número de registro para acompanhamento e justificação de glosa de valor faturado.

#### 10. **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ENCARGOS FINANCEIROS**

O **BANCO** debitará, diariamente, os valores das TRANSAÇÕES lançadas no dia com os CARTÕES emitidos sob a titularidade dele, sendo vedados quaisquer acréscimos, inclusive taxas de adesão, manutenção, anuidades ou quaisquer outros, que não estejam pactuados neste ACORDO, relativo à obtenção e ao uso do Cartão BB Pesquisa objeto deste instrumento.

#### 11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO E SUSPENSÃO DO USO**

O **BANCO** poderá, de imediato, suspender ou cancelar a utilização dos CARTÕES caso não haja saldo suficiente na conta de relacionamento para efetuar o pagamento de qualquer valor devido.

**Subcláusula única.** Cancelado o CARTÃO, o **FNDE** o devolverá incontinentemente ao **BANCO**, tomando o prévio cuidado de inutilizá-lo. A utilização, a partir do cancelamento, tornar-se-á fraudulenta e, assim, sujeita às sanções penais cabíveis.

#### 12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CADASTRO**

O **FNDE** obriga-se a informar a mudança de seu endereço e dos CENTROS DE CUSTOS, UNIDADES DE FATURAMENTO e PORTADORES ao **BANCO**, arcando, se não o fizer, com as consequências diretas ou indiretas dessa omissão.

**Subcláusula única.** Ao ingressarem no sistema, o nome e identificação, dados pessoais e de consumo do **FNDE** passam a integrar o cadastro de dados de propriedade do **BANCO** que, desde já, fica autorizada a dele se utilizar, respeitadas as disposições legais em vigor.

#### 13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS**

São obrigações comuns de ambos os partícipes:

- a) Cumprir o Plano de Trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Acordo de Cooperação Técnica;
- b) Executar as ações objeto deste Acordo de Cooperação Técnica e monitorar os resultados;
- c) Designar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do presente instrumento, representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Acordo;
- d) Responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Acordo de Cooperação Técnica;
- e) Analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- f) Cumprir as atribuições próprias, conforme definido no instrumento;
- g) Realizar vistorias em conjunto, quando necessário;
- h) Disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;

- i) Permitir o livre acesso a agentes da Administração Pública (Controle Interno e Externo), a todos os documentos relacionados ao Acordo de Cooperação Técnica, assim como aos elementos de sua execução;
- j) Fornecer ao partícipe as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- k) Manter sigilo das informações sensíveis, conforme classificação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), obtidas em razão da execução deste Acordo de Cooperação Técnica, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos Partícipes;
- l) Obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso;
- m) Zelar pelo cumprimento de obrigação legal e/ou regulatória, em observância aos princípios e regras estabelecidas nas legislações sobre proteção de dados pessoais vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais- LGPD); e
- n) Oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE

Para a concretização dos objetivos deste instrumento, compete ao **FNDE**:

- a) Realizar, acompanhar, supervisionar e fiscalizar, no âmbito de suas competências, a execução das etapas deste instrumento;
- b) Informar ao **BANCO**, mediante ofício endereçado à Agência responsável pelo seu atendimento, os responsáveis legais pela execução, acompanhamento, fiscalização e gerenciamento do objeto deste instrumento;
- c) Efetuar os ajustes nos sistemas de tecnologia visando à integração com os sistemas do **BANCO**, necessária aos procedimentos de transmissão dos arquivos eletrônicos;
- d) Prestar informações ao **BANCO** acerca de hardware e software utilizados pelo FNDE para a transmissão dos arquivos eletrônicos;
- e) Comunicar ao **BANCO** as alterações ocorridas nos atos regulatórios e nos procedimentos que interfiram diretamente nas rotinas pactuadas no presente Acordo de Cooperação Técnica;
- f) Enviar arquivo ao **BANCO**, com leiaute combinado pelas partes, para o pedido inicial do Cartão BB Pesquisa, e para carregamento de limites;
- g) Enviar arquivo ao **BANCO**, com leiaute combinado pelas partes, para a implantação de limites para a utilização pelo pesquisador;
- h) Gerar para o **BANCO** uma OBTN, a crédito da sua conta de relacionamento, no exato valor do total dos limites tratados no item anterior, em 2 (dois) dias úteis anteriores ao envio do arquivo de limites.
- i) Orientar os PORTADORES sobre a utilização dos cartões, inclusive quanto ao cadastramento e sigilo de senha pessoal no Banco do Brasil, indispensável para a emissão, desbloqueio e uso dos CARTÕES;
- j) Comunicar, por escrito ou por meio eletrônico específico do **BANCO**, as exclusões ou inclusões de PORTADORES;
- k) Manter conta corrente de relacionamento específica para débito diário referente às transações de todos os cartões vinculados ao **FNDE**;

- l) Definir os tipos de gastos permitidos a cada PORTADOR em tabela específica;
- m) Atribuir limites apropriados às transações e/ou despesas de cada PORTADOR, cujo somatório, quando da utilização, não poderá exceder ao limite a ela estipulado; e
- n) Aportar recursos previamente na conta corrente de relacionamento, para o estabelecimento do limite de utilização do CARTÃO.

**Subcláusula primeira.** No caso de constatar divergência entre o total dos limites estabelecidos para os cartões e o provisionado na conta de relacionamento do **FNDE**, o **BANCO** oficiará o **FNDE** para providências imediatas de reequilíbrio desta relação (redução de limites ou envio de recursos).

**Subcláusula segunda.** O **FNDE** será responsável pelas despesas e obrigações decorrentes da utilização dos cartões emitidos a seu pedido, inclusive quando for processada na modalidade de ASSINATURA EM ARQUIVO, perante o **BANCO**:

- I - Até a data e hora da recepção da comunicação de furto, perda e/ou extravio pelo **BANCO**, por meio dos serviços das Centrais de Atendimento, cujos telefones são de conhecimento do **FNDE**, disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, inclusive feriados, quando se tratar de CARTÃO em vigor; e/ou
- II - Até a data e hora da recepção da comunicação de furto, perda e/ou extravio pelo **BANCO**, por intermédio dos serviços das Centrais de Atendimento, quando se tratar de CARTÃO cancelado ou substituído, não devolvido pelo PORTADOR ao **BANCO**.

**Subcláusula terceira.** Não estará coberta pela comunicação de perda, roubo, furto ou extravio a utilização do CARTÃO nas transações em terminais eletrônicos que necessitem do uso de código pessoal e secreto, pois tal código é de atribuição, conhecimento e sigilo exclusivos do PORTADOR.

**Subcláusula quarta.** Nas comunicações de furto, perda e/ou extravio referidas no item I da subcláusula primeira desta Cláusula, o comunicante receberá do **BANCO** um Número de Ocorrência de Atendimento, numérico, o qual constituirá confirmação e identificação do pedido de bloqueio.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO BANCO DO BRASIL

Para a concretização dos objetivos deste instrumento, compete ao **BANCO**:

- a) Comunicar ao **FNDE**, por meio de ofício, eventuais alterações nos seus sistemas que interfiram na operacionalização do objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica;
- b) Processar os arquivos enviados pelo **FNDE** destinados à emissão de cartão magnético ao beneficiário, retornando arquivos com informações sobre os cadastros aprovados e os rejeitados, com identificação dos motivos da rejeição;
- c) Receber os beneficiários nas agências bancárias para entrega dos cartões magnéticos e cadastramento das senhas pessoais, mediante apresentação dos documentos de identificação;
- d) Proceder à liberação dos limites aos beneficiários nos exatos termos e valores constantes dos arquivos digitais fornecidos pelo **FNDE**, não cabendo ao **BANCO** qualquer responsabilidade por eventuais erros, omissões ou imperfeições neles existentes;
- e) Efetuar o crédito aos beneficiários em 2 (dois) dias úteis após o efetivo ingresso dos recursos na conta centralizadora do convênio, nos termos e valores constantes dos arquivos eletrônicos enviados pelo **FNDE**, não cabendo ao **BANCO** qualquer responsabilidade por eventuais erros, omissões ou imperfeições neles existentes, desde que originados pelo **FNDE**;
- f) Enviar mensalmente arquivo contendo a movimentação de todos os cartões a ela vinculados, facultando ao **FNDE** consultar, a qualquer tempo, a movimentação dos cartões pelo aplicativo AASP;
- g) Aplicar o montante da conta em fundo governo de curto prazo, lastreado exclusivamente em títulos públicos federais, com liquidez e rentabilidade diárias, com aplicações e resgates automáticos e sem valores mínimos de movimentação, antes da

liquidação e do efetivo débito, promovendo o resgate na justa quantia do valor a ser debitado;

h) Totalizar, diariamente, o total das compras e saques de todos os cartões vinculados ao **FNDE**, debitando o valor total em sua conta de relacionamento.

i) Apurar, mensalmente, o total dos rendimentos da conta de relacionamento e recolher até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte o valor encontrado por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU cujos dados de preenchimento serão fornecidos pelo **FNDE**;

j) Não efetuar créditos que não tenham sido previamente disponibilizados pelo **FNDE**;

k) Disponibilizar ao beneficiário a emissão de extrato e saques nos terminais de autoatendimento do **BANCO**;

l) Promover a indisponibilidade dos limites de crédito remanescentes nos cartões de todos os tutores em 31 de dezembro de cada ano enquanto estiver vigente o presente ACORDO;

m) Publicar internamente as regras e as condições deste instrumento, de forma a instruir o corpo de funcionários do **BANCO**, no que se refere aos procedimentos operacionais ora pactuados; e

n) Isentar o **FNDE** de toda e qualquer responsabilidade pela omissão ou inexatidão dos dados registrados nos arquivos devolvidos pelo **BANCO** ao **FNDE**.

#### 16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO GERENCIAMENTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

No prazo de 15 (quinze) dias a contar da celebração do presente acordo, cada partícipe designará formalmente, mediante portaria ou instrumento normativo congênere, preferencialmente servidores públicos envolvidos e responsáveis para gerenciar a parceria; zelar por seu fiel cumprimento; coordenar, organizar, articular, acompanhar, monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o cumprimento do ajuste.

**Subcláusula primeira.** Competirá aos designados a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

**Subcláusula segunda.** Sempre que o indicado não puder continuar a desempenhar a incumbência, este deverá ser substituído. A comunicação deverá ser feita ao outro partícipe, no prazo de até 10 (dez) dias da ocorrência do evento, seguida da identificação do substituto.

#### 17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA AUSÊNCIA DE ÔNUS FINANCEIRO**

Cada Partícipe responsabilizar-se-á pela remuneração de seus respectivos servidores, designados para as ações e atividades previstas neste Acordo de Cooperação Técnica, como de quaisquer outros encargos a eles pertinentes. Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros ou doação de bens entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

**Subcláusula primeira.** As ações que implicarem repasse de recursos serão viabilizadas por intermédio de instrumento específico.

**Subcláusula segunda.** Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações.

#### 18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS**

Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos partícipes, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação tampouco acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe.



**Subcláusula única.** As atividades não implicarão cessão de servidores, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no acordo e por prazo determinado.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação será de 60 (sessenta) meses a partir da sua publicação no sítio eletrônico oficial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, podendo ser prorrogado mediante a celebração de termo aditivo, respeitado o limite de vigência de 120 (cento e vinte) meses.

**Subcláusula única.** Em virtude de rescisão do **ACORDO** as partes obrigam-se a finalizar os compromissos em andamento durante a vigência.

20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS AUTORIDADES SIGNATÁRIAS**

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por signatários a Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, Senhora Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, portadora da Carteira de Identidade nº 496.556, expedida pela SSP/CE, e do CPF nº 766.618.903-63, nomeada em 1º de janeiro de 2023, pela Portaria da Casa Civil nº 187, publicada no D.O.U. de 02 de janeiro de 2023, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 17 do Anexo I do Decreto nº 11.196, de 13 de setembro de 2022, publicado no D.O.U. de 14 de setembro de 2022; e, de outro lado, Senhor José Heriberto Pinheiro Júnior, portador da Carteira de Identidade nº 2089684, expedida pela SSP/DF, e do CPF nº 995.481.511-20, Gerente Geral de Unidade de Negócios do Banco do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o Estatuto do Banco do Brasil S.A, representando a referida instituição financeira oficial.

21. **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

O presente instrumento poderá a qualquer tempo ser modificado, exceto quanto ao seu Objeto, mediante Termo (s) Aditivo (s), desde que tal interesse seja manifestado por um dos Partícipes, previamente e por escrito, devendo, em qualquer caso, haver a anuência da outra parte com a alteração proposta.

22. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA**

Este Acordo de Cooperação Técnica poderá, a qualquer tempo, ser denunciado pelos Partícipes, devendo o interessado externar formalmente a sua intenção nesse sentido, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data em que se pretenda que sejam encerradas as atividades, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros e saldados os compromissos financeiros entre os Partícipes, creditando, igualmente, os benefícios adquiridos no período.

23. **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO**

O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 15 (quinze) dias, nas seguintes situações:

- I - Descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação;
- II - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto;
- III - Constatação pelo **BANCO** de serem inverídicas e/ou insuficientes às informações prestadas pelo **FNDE**;
- IV - Prática dolosa de qualquer ação, ou deliberada omissão, do **FNDE** ou **CENTRO DE CUSTO** ou ainda do **PORTADOR** do **CARTÃO**, visando a obtenção das vantagens em hipóteses de utilização diversas das previstas neste **ACORDO**.

**Subcláusula primeira.** Na hipótese de rescisão deste **ACORDO**, o **FNDE** deverá devolver, por meio do(s) **PORTADOR(ES)** ou do **REPRESENTANTE AUTORIZADO**, o(s) **CARTÃO(ÕES)** sob sua responsabilidade, devidamente inutilizado(s), permanecendo responsável pelos débitos remanescentes e derivados, a qualquer título, do presente ajuste, que lhe serão apresentados pelo **BANCO** logo que apurados, para pagamento imediato de uma só vez.

**Subcláusula segunda.** Em toda hipótese de rescisão, deverá o FNDE providenciar a imediata liquidação do saldo de utilização que até então se verifique.

#### 24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Acordo de Cooperação Técnica será publicado, na forma de extrato, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura, no Diário Oficial da União, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data, conforme disposto no art. 94, I e arts. 174 e 184 da Lei nº 14.133/2021, ficando as despesas da publicação a cargo do FNDE.

#### 25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

A publicidade decorrente dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, procedentes deste Acordo de Cooperação Técnica deverá possuir caráter educativo, informativo, ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

**Subcláusula única.** Os Partícipes deverão publicar o presente Acordo de Cooperação Técnica na respectiva página do sítio oficial na internet.

#### 26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

Os partícipes deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento.

#### 27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E CASOS OMISSOS

Os casos omissos e as dúvidas porventura existentes serão dirimidos mediante entendimentos entre os Partícipes, formalizados por meio de correspondência.

**Subcláusula primeira.** Em caso de Denúncia ou Rescisão, observadas as disposições das Cláusulas Décima Terceira e Décima Quarta, o **BANCO** deverá acatar as solicitações de transferências dos saldos das contas benefícios e de suas respectivas aplicações financeiras para os domicílios bancários indicados pelo **FNDE**, respeitadas as condições impostas pela legislação vigente.

**Subcláusula segunda.** As partes signatárias estabelecerão o intercâmbio de informações que se fizer necessário para a satisfatória execução do presente Acordo de Cooperação Técnica.

**Subcláusula terceira.** O **BANCO** não poderá ser responsabilizado pela falta de atualização quanto à alteração dos atos das Entidades Beneficiárias, bem como de seus representantes legais.

**Subcláusula quarta.** As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

#### 28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Na hipótese de haver divergências, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo, os partícipes solicitarão à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, a avaliação da admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação.

**Subcláusula única.** Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, para firmeza e prova de assim haver, entre si, ajustado e acordado, juntamente com o Anexo e o Plano de Trabalho do presente Acordo de Cooperação Técnica, é firmado e assinado eletronicamente pelas partes, para que surtam os efeitos jurídicos e legais.

### ANEXO

Os termos contidos neste ACORDO terão o significado estabelecido a seguir:

- I - AFILIADO – estabelecimento comercial, no Brasil ou no exterior, integrante da rede a que estiver associado o BANCO, onde o portador poderá fazer uso do cartão.
- II - ASSINATURA EM ARQUIVO – modalidade por meio da qual o titular adquire, via telefone ou outros meio, bens e serviços de afiliados, sem assinar o correspondente comprovante de venda.
- III - ASSINATURA ELETRÔNICA – código pessoal e secreto que o portador imposta em terminais ou outros equipamentos eletrônicos para efetivar operações.
- IV - AASP – modalidade de autoatendimento, via internet, que integra em um único ambiente, soluções financeiras, transações bancárias, informações e negócios desenvolvidos exclusivamente para os clientes Setor Público.
- V - BANCO – Banco do Brasil S.A., que emite, administra e através de sua rede de Unidades, disponibiliza suporte operacional e tecnológico para utilização do cartão.
- VI - CARTÃO – cartão de plástico emitido pelo BANCO, com limite de utilização preestabelecido para saques e aquisição de bens e serviços.
- VII - CARTÃO BB PESQUISA – modalidade de cartão corporativo para aquisições de bens e serviços, além de saques, destinados aos pesquisadores vinculados ao FNDE, e será processado por intermédio de sistema de cartão com a característica do produto e operacionalizado na forma estabelecida entre o FNDE e o BANCO.
- VIII - CENTRO DE CUSTO – departamento, divisão, diretoria , unidade de gestão, divisão que controla o orçamento.
- IX - COMPROVANTE DE OPERAÇÃO – documento assinado pelo portador para efetivar transações após a apresentação do CARTÃO BB PESQUISA aos afiliados ou Instituição Financeira.
- X - CONTA CORRENTE DE RELACIONAMENTO – conta corrente exclusivamente para relacionamento com o CARTÃO BB PESQUISA DO FNDE. O saldo desta conta deve ser mantido em aplicação financeira lastreada em títulos públicos federais, com resgate automático.
- XI - DEMONSTRATIVO MENSAL – documento emitido pelo BANCO, contendo a relação das transações efetuadas pelos PORTADORES/PESQUISADORES do FNDE.
- XII - LIMITE DE UTILIZAÇÃO – valor máximo estabelecido pelo ordenador de despesas da FNDE ou outro funcionário do órgão legalmente constituído para estabelecer os limites máximos de utilização de cada cartão BB Pesquisa.
- XIII - ORDENADOR DE DESPESA DA UNIDADE GESTORA – aquele que define o orçamento.
- XIV - PORTADOR – pesquisador ou outro servidor do FNDE autorizado a portar e utilizar o cartão BB Pesquisa.
- XV - PREPOSTO – representante do FNDE junto ao Autoatendimento Setor Público - AASP, com poderes constituídos através de contrato específico.
- XVI - REPRESENTANTE AUTORIZADO DO CENTRO DE CUSTO – Funcionário ou servidor público, contratado pelo FNDE, indicado pelo REPRESENTANTE LEGAL, podendo ser o próprio, que define as condições de operação do cartão.
- XVII - REPRESENTANTE LEGAL – funcionário do serviço público ou contratado pelo FNDE, com poderes definidos no Diário Oficial da União ou decreto Federal, para fazer a adesão pelo FNDE a este ACORDO.

XVIII - TRANSAÇÃO – aquisições e saques efetuados pelos portadores junto aos afiliados, com utilização do cartão corporativo.

XIX - UNIDADE DE FATURAMENTO – nível de agrupamento de gastos estipulado conforme a necessidade da Unidade Gestora.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA MARA DE OLIVEIRA MACEDO CARNEIRO PACOBAHYBA, Presidente**, em 22/04/2024, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE HERIBERTO PINHEIRO JUNIOR, Usuário Externo**, em 22/04/2024, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.fn.de.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.fn.de.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4092671** e o código CRC **8BEE7EAD**.